



## IFFLUMINENSE

*Comum - Professor do Ensino Básico,  
Técnico e Tecnológico*

# LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Textos. Tipologia e gêneros textuais. Alguns elementos constitutivos do texto: discurso direto, indireto, indireto livre, pressuposto, subentendido e ambiguidade.	
Intertextualidade. Coesão e coerência textuais.....	01
Figuras de linguagem.....	35
Funções da linguagem . .....	40
Variação linguística .....	43
Níveis de linguagem .....	45
Análise morfosintática. Paralelismo sintático e semântico . .....	47
Semântica. Significação das palavras: conotação, denotação e ambiguidade .....	58
Estrutura e formação das palavras .....	59
Pontuação . .....	65
Sintaxe de concordância, de regência e de colocação . .....	68
Emprego do sinal indicativo de crase .....	72
Reescrita de frases .....	73
Acentuação gráfica .....	75
Reforma ortográfica .....	76
Exercícios.....	78
Gabarito.....	85

# LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas: Dos Princípios Fundamentais (art. 1º a 4º). Dos Direitos e Garantias Fundamentais (art. 5º a 17). Da Organização do Estado (art. 18 a 43). Da Educação (art. 205 a 214).....	1
Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e da Adolescência.....	57
Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. ....	140
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e suas alterações: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.....	173
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e suas alterações: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.....	179
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras ..	185
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e suas alterações: Institui o Sistema Nacional de	

# SUMÁRIO



Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências .....	186
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e suas alterações: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências .....	191
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010: Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.....	200
Lei nº 12.772, de 18 de dezembro de 2012 e suas alterações: Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal .....	212.
Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e suas alterações: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.....	230
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, para o período de 2014 a 2024, apresentando em anexo 20 metas a serem alcançadas e respectivas estratégias de execução .....	231
Lei nº 12.990, de 09 de julho de 2014: Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União .....	262
Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e suas alterações: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) .....	263
Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017: Altera as Leis n ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dentre outras (Novo Ensino Médio).....	300
Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002: Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências . .	307
Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 e suas alterações: Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências .....	309
Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016: Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional .....	311
Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino .....	313
Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.....	340
Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2016: Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino .....	347
Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de janeiro de 2021: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio . .....	353
I - Portaria Normativa/MEC 40, de 12 de dezembro de 2007: Institui o e-MEC, alterada pela Portaria Normativa/MEC nº 23, de 01 de Dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 29/12/2010, pela Portaria Normativa/MEC nº 24, de 3 de dezembro de 2012, publicada no D.O.U de 4/12/2012, pela Portaria Normativa/MEC nº 3, de 17 de janeiro de 2017, publicada	

# SUMÁRIO



no D.O.U de 18/01/2017 e pela Portaria Normativa/ MEC nº 10, de 18 de maio de 2017, publicada no D.O.U. de 19/05/2017. ....	374
Portaria Normativa nº 4, de 06 de abril de 2018 - Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014 .....	416
Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2018 que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) –IFF. 2018. ....	420
Portaria nº 1.781, de 08 de Dezembro de 2017 - Aprova a atualização do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense –IFF.....	420
Questões .....	420
Gabarito.....	446

## CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Princípios Norteadores da Educação Profissional Articulação entre o exercício profissional e a formação integral do estudante; .....	1
Desenvolvimento social e profissional; .....	2
Trabalho como princípio educativo; .....	3
Integração ciência, tecnologia e cultura .....	6
Respeito às identidades de gênero e étnico-raciais; .....	10
Diversidade de formas de produção, de processos de trabalho e de culturas. ....	29
O Processo de Construção do Conhecimento Concepções epistemológicas de aprendizagem; .....	41
Sujeitos da aprendizagem e suas diversidades, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades;.....	46
Contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional.....	67
Pesquisa e conhecimento científico: o método científico, pesquisa aplicada à educação; ....	67
Educação Profissional e Tecnológica; .....	76
Educação de Jovens e Adultos.....	76
Educação Especial. ....	77
Gestão Educacional em Instituições de Formação Profissional Princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; .....	78
Desenvolvimento socioeconômico - ambiental dos territórios e demandas locais;.....	84
Autonomia educacional na concepção, elaboração, projeto político-pedagógico; .....	85
Respeito à legislação e normas educacionais. ....	89
A política educacional brasileira e o processo de organização do ensino; .....	90
Gestão escolar: fundamentos e princípios Formação inicial e continuada: construção da identidade e dos saberes docentes .....	91
Currículo e suas Implicações Diferentes abordagens sobre currículo; Currículo integrado; Currículo - trabalho - diversidade - étnica;.....	92
Construção de itinerários formativos; .....	113
Perfis profissionais de conclusão; .....	115

# SUMÁRIO



Conhecimentos, competências e saberes profissionais.....	117
Didática Aspectos históricos do desenvolvimento da pedagogia e da didática; A didática e a constituição das Tendências pedagógicas; .....	117
Planejamento no contexto escolar e a interdisciplinaridade no currículo e na prática pedagógica; .....	144
Avaliação educacional: princípios de ensino e de aprendizagem; .....	151
Currículos e Projeto Político Pedagógico (PPP) conceitos e práticas; .....	172
Indissociabilidade entre educação e prática social; .....	173
Indissociabilidade teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; .	174
Espaços de aprendizagem e tecnologias educacionais; Ambientes virtuais de aprendizagem;	176
Práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	181
Questões .....	181
Gabarito .....	187

# SUMÁRIO



### Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A compreensão é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A interpretação é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

- Linguagem Verbal é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



]

- Linguagem não-verbal é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



## Forma, Sistema e Fundamentos da República

### • **Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo**

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

### • **Princípio Federativo**

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

### • **Princípio Republicano**

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

### • **Princípio do Estado Democrático de Direito**

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

### • **Princípio da Soberania Popular**

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

### • **Princípio da Separação dos Poderes**

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

## TÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

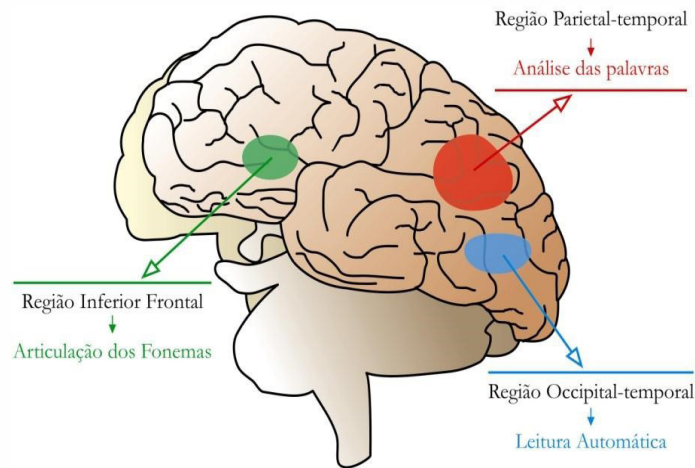
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;



## Contexto Histórico Da Educação Profissional, Científica E Tecnológica

Há ainda autores que afirmam que a dislexia é mais comum em indivíduos do gênero masculino; contudo, Shaywitz (2003, cit. por Cruz, 2009) sugere que estas conclusões estão relacionadas com a forma como são identificados: geralmente as raparigas (pelo seu comportamento mais calmo e sossegado) passam mais despercebidas e, conseqüentemente, não são tão facilmente identificadas. Nos seus estudos, Shaywitz evidencia uma proporção semelhante na distribuição desta problemática por gênero.

Na área da neurobiologia também têm surgido algumas conclusões. Como se sabe, as diferentes partes do cérebro desempenham funções específicas. A área esquerda do cérebro, por exemplo, é responsável pela linguagem; nesta zona, foram identificadas três subáreas distintas: uma delas processa fonemas – vocalização e articulação das palavras (região inferior frontal), outra analisa palavras – correspondência grafema-fonema (região parietal-temporal) e a última reconhece palavras e possibilita a leitura rápida e automática (região occipital-temporal) – cf. Figura 1. Os disléxicos parecem ter dificuldade em aceder às áreas localizadas na parte posterior do cérebro, isto é, às regiões responsáveis pela análise de palavras e pela automatização da leitura, recorrendo mais à área de Broca (área frontal inferior esquerda) e a outras zonas do lado direito do cérebro que fornecem pistas visuais.

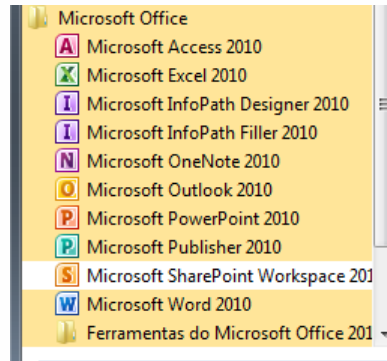


Fonte: Overcoming Dyslexia - Sally Shawitz M.D.

Figura 1: Áreas do cérebro responsáveis pela linguagem.

*In: Shaywitz (2003, cit. por Pinheiro, 2009)*

Na área da psicolinguística constata-se a “evidência de que os indivíduos que apresentam um atraso na aquisição da linguagem experimentam dificuldades na leitura com uma frequência seis vezes superior àqueles com desenvolvimento normal” (Citoler, 1996, cit. por Cruz, 2009, p. 160). Foi ainda comprovado que as crianças que revelam altos índices de eficiência na linguagem oral em idades precoces apresentam maior probabilidade de se tornarem bons leitores. Por último, quando se compararam maus leitores com leitores normais verificou-se que os primeiros apresentam piores desempenhos em tarefas que impliquem a produção, percepção, compreensão e segmentação da linguagem e também memória linguística; no entanto, foi também demonstrado que “o treino de habilidades de análise da linguagem tem um efeito positivo no rendimento do autor” (Citoler, 1996, cit. por Cruz, 2009, p. 160).

**Microsoft Office**

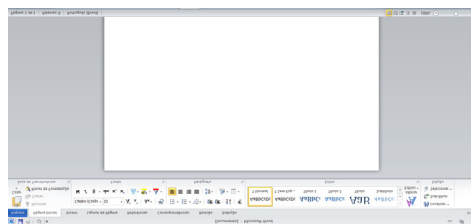
O Microsoft Office é um conjunto de aplicativos essenciais para uso pessoal e comercial, ele conta com diversas ferramentas, mas em geral são utilizadas e cobradas em provas o Editor de Textos – Word, o Editor de Planilhas – Excel, e o Editor de Apresentações – PowerPoint. A seguir verificamos sua utilização mais comum:

**Word**

O Word é um editor de textos amplamente utilizado. Com ele podemos redigir cartas, comunicações, livros, apostilas, etc. Vamos então apresentar suas principais funcionalidades.

**• Área de trabalho do Word**

Nesta área podemos digitar nosso texto e formata-lo de acordo com a necessidade.

**• Iniciando um novo documento**